

CARTOGRAFIA DO PODER: DA COERÇÃO PELO USO DA FORÇA À SEDUÇÃO PELA AÇÃO ALGORÍTMICA

CARTOGRAPHY OF POWER: FROM COERCION BY THE USE OF FORCE

TO SEDUCTION BY ALGORITHMIC ACTION

CARTOGRAFÍA DEL PODER: DE LA COERCIÓN MEDIANTE EL USO DE LA FUERZA

A LA SEDUCCIÓN MEDIANTE LA ACCIÓN ALGORÍTMICA

MAYARA KARLA DANTAS DA SILVA¹

MARIA DO SOCORRO FURTADO VELOSO²

Submissão: 29/06/2022

Aprovação: 11/07/2022

Publicação: 13/12/2022

¹ É doutora em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (2016); mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba (2013); bacharel em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba (2010).

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6473-8923> E-mail: mayarakarladantas@gmail.com

² Professora associada do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É jornalista, doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP (2008) e mestre em Multimeios pela Unicamp (2001).

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4515-0737> E-mail: socorroveloso@uol.com.br

RESUMO

Ao tomar o poder como o ato de influenciar que ocorre na mente humana mediante processos de comunicação, este estudo propõe um trajeto filosófico em torno desta noção de modo a refletir sobre suas mudanças, buscando identificar as diferentes estratégias comunicativas

para que visam promover influência e dominação ao longo do tempo. Com base nos estudos de Foucault (1979; 1987; 1999), Deleuze (1992) e Han (2017; 2018), a partir da Cartografia Cognitiva (OKADA, 2014), buscou-se traçar um mapa conceitual (NOVAK, 1998) com o objetivo de tornar visíveis e comparáveis, por meio de linhas históricas e teóricas, as principais técnicas comunicativas, os diferentes mecanismos de submissão e os dispositivos de controle.

Palavras-chave: Comunicação. Cartografia. Poder coercitivo. Poder disciplinar e de controle. Poder inteligente.

ABSTRACT

By taking power as the act of influencing that occurs in the human mind through communication processes, this study proposes a philosophical path around this notion in order to reflect on its changes, seeking to identify the different communicative strategies that aim to promote influence and domination. over time. Based on the studies of Foucault (1979; 1987; 1999), Deleuze (1992) and Han (2017; 2018), based on Cognitive Cartography (OKADA, 2014), we sought to draw a conceptual map (NOVAK, 1998) with the objective of making visible and comparable, through historical and theoretical lines, the main communicative techniques, the different mechanisms of submission and the control devices.

Keywords: Communication. Cartography. Coercive power. Disciplinary and control power. Smart power.

RESUMEN

Durante todo el proceso de cambio, se busca el poder reflexionar sobre sus cambios, se busca identificar cómo se promueven las diferentes estrategias de comunicación y se hace la adopción de las estrategias de comunicación diferenciadas para promover y aplicar. avanzar. A partir de los estudios de Foucault (1979; 1987; 1999), Deleuze (1992) y Han (2017; 2018), a partir de la Cartografía Cognitiva (OKADA, 2014), se buscó trazar un mapa conceptual (NOVAK, 1998) con la objetivo de visibilizar y equiparar, a través de líneas históricas y teóricas, como principales técnicas comunicativas, distintos mecanismos de sometimiento y dispositivos de control.

Palabras-clave: Comunicación. Cartografía. Poder coercitivo. Poder disciplinario y de control. Poder inteligente.

INTRODUÇÃO

A relação entre comunicação e poder é, antes de tudo, uma relação cognitiva, uma vez que “o poder é a capacidade relacional que permite um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(res) social(is) de forma que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder” (CASTELLS, 2015, p.57). Portanto, para que a influência ocorra, o poder precisa ser legitimado e reconhecido pelos agentes dominados, processo que pode suceder de várias formas, mas todas elas compreendendo uma “ação comunicativa” (HABERMAS, 2012).

Considerando que “as relações de poder (...) são amplamente construídas na mentalidade das pessoas através de processos de comunicação” (CASTELLS, 2015, p.29), pela criação e manipulação de imagens que são transformadas em racionalidades e emoções, este estudo busca observar o desdobramento das concepções filosóficas do poder, a partir do reconhecimento de estratégias comunicativas nas suas formas de exercício.

Diante de uma topologia comunicativa atual que favorece o hiperfluxo informacional e a emissão distribuída, mas que prejudica a comunicação no seu sentido mais completo de ressonância e torna a recepção hierarquizada (MARCONDES FILHO, 2013), o artigo discute, mediante levantamento histórico e filosófico, de que modo a comunicação vêm influenciando e ampliando as formas pelas quais o poder é operado ao longo do tempo.

Nesse sentido, por meio da Cartografia Cognitiva (OKADA, 2014), buscou-se traçar um mapa conceitual (NOVAK, 1998) para levantar e cruzar categorias de poder existentes na literatura, de maneira a tornar visíveis as estratégias comunicativas e os mecanismos e dispositivos de controle mais usados pelos agentes do poder, visando gerar influência e dominação.

Para tanto, recorreu-se aos estudos de Foucault (1979; 1987) e Deleuze (1992) e ao trabalho recente de Han (2017; 2018) e se adotou como referência três categorias de análise: *o poder duro* ou *coercitivo*, *o poder suave* e *o poder inteligente*. Mediante essas três esferas

do poder, buscou-se identificar como as noções de dureza, suavidade e inteligência se articulam a diferentes técnicas, estratégias e dispositivos de controle.

Quanto ao procedimento teórico-metodológico, aplicou-se a Cartografia Cognitiva (OKADA, 2014, p.214), que pode ser descrita como “mapeamento para representação, visualização e construção de conhecimento” (OKADA, 2014, p.214). Na Cartografia Cognitiva os arranjos que dão sustentação à compreensão são identificados pela proximidade semântica de conceitos e ideias, a partir de significados e analogias.

É nesse sentido que o procedimento, além de dinâmico e flexível, devido à interface plástica que permite ao pensamento ser visualizado, organizado e reconstruído continuamente (OKADA, 2006), é também compacto, pois reflete “uma representação reduzida do pensamento que facilita a compreensão, clareza e, ao mesmo tempo, o foco, por conter apenas os elementos relevantes e significativos e suas relações” (OKADA, 2006, p.77).

Por meio da Cartografia Cognitiva é possível construir vários tipos de mapa: conceituais (NOVAK, 1998), mentais (BUZAN, 1993), argumentativos (VAN GELDER, 2002), dialógicos (CONKLIN, 2006) e de rede ou web (CHEN, 2003). Para o estudo, devido às suas especificidades, optou-se pela construção de um mapa conceitual.

Segundo Novak & Cañas (2010, p.10), os mapas conceituais “são ferramentas gráficas para a organização e representação do conhecimento. Eles incluem conceitos (...) e relações entre conceitos, que são indicadas por linhas que os interligam”. Possuem duas características determinantes: a representação hierárquica e o uso de *cross links*. Isto é, os conceitos devem ser representados de maneira ordenada e, em seguida, devem ser ligados/cruzados, facilitando a visibilidade das correlações propostas.

Nesse sentido, tomando como base as orientações dos autores, o processo metodológico foi realizado em quatro etapas: a) levantamento teórico e filosófico sobre o tema; b) desdobramento dos conceitos centrais para o estudo; c) construção e revisão do mapa

conceitual por meio do *software* Cmap¹ e do diagrama teórico a partir do *software* Cacco²; d) apresentação dos resultados.

A MACROFÍSICA DO PODER DURO

O conselho de Maquiavel, segundo o qual é melhor ser mais temido do que amado, e que foi dado há quatro séculos em *O príncipe* (1513), reflete bem o significado de poder duro. Trata-se da dimensão mais disseminada de poder ao longo da história, que ganhou força a partir do século XII, mediante a queda do Império Romano.

Vinculada à noção histórica e jurídica, mas também à noção negativa que prescreve o poder como coerção por meio do uso da força para impor regras, provocar medo e se apropriar de bens e riquezas, a dimensão do poder duro se instalou como prática predominante até o século XVIII, quando boa parte das entidades soberanas e as monarquias absolutistas chegaram ao fim. Mas, enquanto prevaleceu, essa versão clássica do poder, definida pelo uso expresso da violência, fez do suplício sua marca.

Nas sociedades coercitivas, além de castigar os sujeitos desviantes, o objetivo do uso da violência por meio do “corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto” (FOUCAULT, 1987, p.12) era fabricar sujeitos submissos. Logo, o suplício não é apenas um ato de crueldade, acrescenta Foucault (1987, p.31), mas “uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei”, uma vez que “faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a quantidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime (...)”. Logo, a violência era usada como técnica material, mas também cognitiva, pois conseguia influenciar mentalmente a sociedade coercitiva e comunicar poder por meio do medo.

¹ Disponível em: <<https://cmap.ihmc.us/>>. Acesso em 28 de abril de 2022.

² Disponível em: <<https://cacao.com>>. Acesso em 28 de abril de 2022.

Nesse sentido, tomando como referência o conceito de biopolítica de Foucault (1987; 1979), é possível nomear as estratégias usadas na esfera do poder duro como *somapolítica*, isso porque o analogismo – que adere o prefixo grego *sôma* (corpo) – indica que antes da *bio* (vida), o corpo foi o dispositivo tomado como objeto político pelo poder.

Utilizando-se do Direito, o poder adotou uma concepção jurídica e criou normas proibitivas que coagem e dizem não ao corpo por meio da lei. E todas as vezes que este a desobedece, tende a ser punido, em grande medida fisicamente, para que se deixe marcas concretas e carnisais, de modo a grifá-lo e torná-lo reconhecível como corpo errante.

A punição ao corpo, até em crimes mais brandos, guarda relação direta com outra característica do poder duro: a visibilidade macrofísica. Tal conceito vem da teoria política clássica e se refere à ideia de que o poder ocupa lugares específicos na sociedade. Para tal teoria, a monarquia absolutista é um exemplo dessa ocupação, a partir da figura do rei. Embora partilhemos da ideia de Foucault (1987) de que o poder não ocupa lugares determinados pois está em todo lugar, a noção de macrofísica pode ser relacionada com o poder duro para discutir a visibilidade das relações de força, uma vez que essa esfera não se manifesta de modo velado. Ela é, antes de tudo, macro, visível.

Por essa razão, o suplício exemplar dos condenados foi tomado, durante muito tempo, como espetáculo punitivo. O “abominável teatro” (FOUCAULT, 1987, p.13) tinha intencionalidade visual e emotiva. As forcas, chicotes, berlindas, algemas, fogueiras, a guilhotina e os carimbos de ferro representam instrumentos de tortura e elementos cenográficos usados para compor o cenário da dor e comunicar poder por meio do medo.

No espetáculo punitivo, os protagonistas eram sujeitos desviantes, em sua maioria pobres, vistos como massa inútil, sem utilidade social, política ou mercadológica. Portanto, nesse primeiro estágio, os três dispositivos essenciais para manter o controle – a vigilância, a punição e o exame (FOUCAULT, 1987) – estavam voltados para esses sujeitos desprovidos de valores e que refletiam excedentes ou sobras sociais.

No que se refere à vigilância, por exemplo, o modelo adotado era baseado mais num sistema de armazenamento do que num sistema de supervisão. É por isso que as masmorras foram umas das primeiras estruturas arquitetônicas de prisão. Situadas nos pisos inferiores dos castelos, esses espaços eram cômodos asquerosos e escuros.

Numa referência ao modelo panóptico de Jeremy Bentham, proposto em 1785, um modelo de prisão que permitia vigiar mais e melhor, a partir da otimização do espaço, o modelo de vigilância na esfera do poder duro pode ser chamado de *anóptico*, pois, enquanto a palavra panóptico, composta pelo prefixo *pan* (todo, por inteiro) indica um sistema de vigilância que busca ver todos os sujeitos aprisionados, a palavra anóptico, composta pelo prefixo *an* (privação), condiz com uma vigilância que limita a visibilidade.

Já no que se refere à punição, o modelo adotado está baseado no castigo físico. Como dito, a tortura e o próprio suplício foram os principais exemplos de castigo usados para sustentar o poder soberano, erguido pelo uso da força e da violência contra o corpo. O exame, por sua vez, se dava apenas antes da punição, mediante inquérito, e não durante e/ou depois, como ocorrerá a partir da introdução das prisões modernas. Segundo Foucault (1987), o inquérito judiciário é uma invenção da Idade Média que substituiu outras formas de se definir a verdade e de julgar os sujeitos, classificando-os como culpados ou inocentes.

Porém, o inquérito como exame, a tortura e o suplício como punição, e a guarda dos sujeitos nas masmorras como mecanismo de vigilância não duraram para sempre. Entre os séculos XVII e XVIII observamos o recuo do poder duro e a ascensão de uma outra esfera do poder, menos agressiva fisicamente, porém mais eficiente cognitivamente.

PODER SUAVE E SUA MICROFÍSICA

A noção de poder suave se refere à dimensão introduzida, segundo Foucault (1987; 1979), entre os séculos XVII e XVIII, e que se apresenta como ideia que rompeu com a concepção puramente jurídica e negativa do poder duro e expôs uma versão apoiada em

aspectos produtivos. Tais mudanças se devem, essencialmente, a duas constatações. Primeiro se percebeu, a partir da sociedade industrial, que o corpo tem utilidade e valor de mercado. Segundo, constatou-se que o uso da violência para comunicar poder gera mais violência, é oneroso e produz poucos resultados práticos.

É nesse sentido que, para Foucault (1979; 1987), é preciso “deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos” (FOUCAULT, 1987, p.161). Segundo o autor, o poder produz realidades que estão vinculadas a formas positivas, como o prazer e o saber, e que podem se manifestar a partir de outras nuances, como a disciplina.

Embora seja uma criação antiga – os mosteiros e a escravidão são exemplos –, foi só nos séculos XVII e XVIII que a disciplina se tornou uma “fórmula geral de dominação” (FOUCAULT, 1987, p.118), uma vez que o poder disciplinar pode ser entendido como o uso de métodos que permitem o controle do corpo, assegurando a sujeição de sua força mediante uma relação que envolve docilidade e utilidade.

Isto é, “o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 1987, p.143). É nesse sentido que o poder suave atua não só sobre o corpo, mas também sobre a vida, e é essa tomada da vida como objeto político e econômico que Foucault (1999) chama de biopolítica – um conjunto de práticas aplicadas para observar e regulamentar a vida coletiva, empregando meios disciplinares, corretivos e normativos, de modo a influenciar o comportamento em grupo.

Logo, a biopolítica reflete uma aplicação da disciplina com foco no todo, não só na unidade. Seu objetivo é tornar obediente e útil não apenas o indivíduo, mas o entorno social. Para tanto, as soluções são sempre pensadas e os efeitos são sempre sentidos em escala.

Foucault (1987) explica que para se ocupar do corpo dos sujeitos e de suas vidas em sociedade, o poder disciplinar e o biopoder se utilizam mais da física do que da força para

vigiar e dominar, a partir da observação minuciosa e do controle detalhado, por meio do registro das ações individuais e da constatação de seus efeitos para a coletividade.

Logo, uma das principais singularidades da disciplina está no modo molecular e sutil pelo qual é possível introduzir o poder nas diversas camadas da vida social, reduzindo a visibilidade das relações de força, pois, para Foucault (1987), é muito difícil disciplinar sujeitos livres. É nesse sentido que dispositivos de confinamento como escolas, hospitais, prisões e fábricas passam a atuar como instituições de sequestro, guardando os sujeitos por um tempo para adestrá-los, e que os dispositivos de controle se convertem em “olhar hierárquico, a sanção normatizadora e (...) o exame” (FOUCAULT, 1987, p.143).

A vigilância hierarquizada é um tipo de sistema de observação que comporta um conjunto de espectadores ativos, que agem vigiando uns aos outros, segundo escala hierárquica, como uma rede de fiscais. O surgimento das prisões modernas, entre os séculos XVIII e XIX, é efeito desse modelo. Contudo, além de vigiar, punir e classificar os sujeitos, fazendo com que cada preso fosse castigado individualmente, o objetivo da prisão passou a ser também o da regeneração de tais indivíduos.

Diante dessa nova lógica no modo de punir, os modelos de prisões existentes foram repensados e, a partir do século XIX, a arquitetura circular e piramidal, baseada no panóptico, foi apontada em vários projetos da época, sobretudo na Europa. O jogo desleal de visibilidade do modelo panóptico, diante da posição do fiscal que vê e do preso que é visto, é considerado estratégico. Trancafiado em sua cela, o vigiado sempre visível não vê quem o vigia, logo não tem como saber quando está sendo vigiado, fazendo-o conviver com a sensação de estar sendo observado o tempo todo.

Aos poucos, instituições disciplinares como hospícios, hospitais, fábricas e escolas passaram a tomar o modelo panóptico e a vigilância disciplinar como referência. O objetivo era usar a disciplina como técnica comunicativa de poder para modelar comportamentos e

influenciar pensamentos, de modo a tornar cada sujeito um dispositivo vigiado permanentemente, mas que ao mesmo tempo também vigia.

A punição, por sua vez, se dá agora pela sanção normatizadora. Para o autor, o castigo passa a ter “a função de reduzir os desvios. Deve, portanto, ser essencialmente corretivo” (FOUCAULT, 1987, p.150), uma vez que passa a ser baseado na observação e no registro. Para tanto, os comportamentos continuam sendo classificados em dois polos opostos - positivo/negativo. Estes parâmetros levam a uma “microeconomia” baseada no cálculo permanente de notas que permite hierarquizar os indivíduos, dividindo-os, classificando-os, diferenciando-os para que se possa punir ou recompensar. Logo, para Foucault (1987), o poder disciplinar age por meio da norma.

Já o exame passa a servir para produzir conhecimentos sobre os sujeitos. Trata-se do uso de técnicas inquisitórias e documentárias como testes, entrevistas, interrogatórios e consultas, a fim de se obter descrições detalhadas, sempre escritas, e gerar arquivos que podem ser resgatados. O objetivo é levantar dados sobre os indivíduos para comparar, categorizar, treinar, normatizar, de modo a corrigir ou excluir aqueles considerados imperfeitos do convívio social.

Para Foucault (1987; 1979), no entanto, se a disciplina vingou como uma das maiores representações do poder suave até o século XIX, para Deleuze (1992), a partir da metade do século XX, esse tipo de poder se expandiu por meio de outra técnica: o controle. Segundo Deleuze (1992), uma das principais diferenças entre esses dois modelos é que, enquanto a sociedade disciplinar se desenvolveu a partir da aplicação da disciplina em espaços sociais de confinamento, a sociedade de controle emergiu do uso de “formas ultrarrápidas de controle ao ar livre” (DELEUZE, 1992, p.220), permitindo que o poder fosse aplicado não só em sistemas fechados, mas em todo tipo de ambiente.

A crise da sociedade disciplinar surgiu com a crise dos próprios espaços sociais de aprisionamento, uma vez que, com a emergência de novos mecanismos sociotécnicos de

vigilância, as estruturas físicas desses espaços aos poucos deixaram de ser essenciais para implantação do poder. Logo, nesse regime de dominação os sujeitos não precisam ir até às estruturas físicas disciplinares para serem controlados. O poder e o controle vão até eles: a tornozeleira eletrônica monitora o preso sem que ele esteja na prisão; cadastros médicos informatizados acumulam o histórico do paciente, sem que este esteja hospitalizado; câmeras de segurança capturam e monitoram o trabalho de funcionários nas empresas, sem que o supervisor esteja presente na fábrica.

Deste modo, é no âmbito da sociedade de controle que a inspeção passa a ser usada mais fortemente como técnica comunicativa para influenciar os sujeitos sociais e disseminar poder e que as relações sociotécnicas se tornaram objeto político, configurando o que passou a se caracterizar como tecnopolítica.

A tecnopolítica é um conjunto de práticas baseadas na produção ou no uso estratégico de técnicas e tecnologias para atingir objetivos políticos diversos. Logo, para Hecht (2001), as tecnologias não são, em si mesmas, tecnopolítica; “em vez disso, a prática de usá-las em processos políticos e/ou em direção a objetivos políticos constitui tecnopolítica”³ (HECHT, 2001, p.15). Deste modo, por meio de dispositivos como câmeras, computadores e celulares, o poder passou a operar não só pela ação do sujeito sobre o sujeito, mas também por meio da ação da máquina com e/ou sobre o sujeito.

Quanto à vigilância, é na sociedade de controle que passamos a compreender melhor a noção de sociedade autovigiada. Aqui os indivíduos passaram a se sujeitar às disciplinas mesmo sem se submeterem ao confinamento e à presença de autoridades, uma vez que a autoridade é o olhar do outro. Portanto, para Mathiesen (1997) a ideia de sinóptico é mais apropriada, pois, ao contrário do panóptico (modelo em que poucos vigiam muitos), reflete um modelo em que muitos vigiam poucos, a partir das mídias de massa.

³ Tradução livre para: “(...) rather, the practice of using them in political processes and/or toward political aims constitutes technopolitics”.

A punição também adquiriu efeitos mais subjetivos. Sem descartar outras formas de penalidade, houve intensificação da punição moral, principalmente do linchamento verbal e ideológico. O linchamento verbal, executado pelos próprios sujeitos sociais, reflete uma violência psicossocial que se manifesta mediante atos comunicativos agressivos e sumários, uma vez que condenam de imediato o sujeito ou grupo acusado de romper com a ordem e tem por objetivo a anulação social e moral do outro.

É evidente que o linchamento moral e verbal não é uma construção moderna – esse tipo de prática está presente antes mesmo dos primeiros sistemas punitivos. Mas, no âmbito da sociedade de controle, que não só vigia, mas também pune pelo olhar humano e tecnológico, esse tipo de linchamento ganhou outras proporções.

O exame também sofreu influência dos mecanismos sociotécnicos. Diante de ferramentas tecnológicas mais sofisticadas, os registros deixaram de ser exclusivamente manuais e textuais para se tornarem também mecânicos e visuais. A câmera é um dos principais dispositivos, pois garante maior autenticidade das informações e contribui para análises mais precisas, inclusive de aspectos não textuais. Diante da sutileza de sua presença física, muitas vezes também faz com que a vigilância passe despercebida.

Entretanto, com a expansão da internet e da web, o desenvolvimento das tecnologias digitais e a disseminação da cibercultura, as noções de poder suave e de sociedade de controle parecem não dar mais conta dos novos regimes de dominação. É nesse sentido que o conceito de poder inteligente surge para descrever as estratégias de persuasão contemporâneas e ganha força nos estudos sobre comunicação e poder.

A NANOFÍSICA DO PODER INTELIGENTE

O poder inteligente é uma esfera emergente, mais sofisticada e com efeitos ainda mais potentes. Para Byung-Chul Han (2018), mais do que positiva, estamos diante de uma prática tolerante e até afável: “hoje, o poder assume cada vez mais uma forma *permissiva*. Em sua

permissividade, ou melhor, em sua *afabilidade*, o poder põe de lado sua negatividade e se passa por liberdade” (HAN, 2018, p.25-26, grifos do autor).

Parece paradoxal pensar na liberdade como estratégia de poder, afinal, “a liberdade é a antagonista da coerção. Ser livre significa estar livre de coerções” (HAN, 2018, p.10). Mas, segundo o autor, a liberdade, quando associada ao sistema neoliberal e às TICs (tecnologias da informação e da comunicação), pode se converter numa rentável tática comunicativa de poder.

A função do poder, portanto, deixa de ser essencialmente prática, a de explorar o sujeito social, imprimindo força física e coagindo-o, ou ainda, normatizando o sujeito por meio da disciplina ou do controle, para se tornar uma ação mais psíquica, a partir da disseminação de ideias que promovem a sensação de liberdade. Essa nova lógica estaria fazendo emergir o que Han (2017) chama de sociedade de desempenho.

São muitas as diferenças entre os sujeitos de obediência e os de desempenho. Segundo Han, “o sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência” (HAN, 2017, p.25), o que vem tornando a sociedade “hiperativa e histórica”. Mas nada se compara à característica de autocoerção. Por meio da coerção interna, o sujeito do século XXI reconhece a si mesmo como seu principal oponente, o que o leva a fomentar um processo destrutivo de autossuperação constante que, embora seja reconhecido por ele como autonomia e otimização, é, no fundo, um ato de violência.

É nesse sentido que a sociedade de desempenho, tomada pela sensação de liberdade e pela busca da eficiência, reflete, para Han (2017), a sociedade da positividade. Segundo o autor, enquanto a sociedade disciplinar é dominada em algumas instâncias pelo *não*, uma vez que “é determinada pela negatividade da proibição” (HAN, 2017, p.24), e que “o verbo modal negativo que a domina é o não-ter-o-direito” (Ibid., p.24); a sociedade de desempenho é tomada pelo *sim* e pelo excesso de positividade. Como consequência, o esgotamento oriundo

do processo destrutivo de autossuperação constante está transformando a sociedade de desempenho na “sociedade do cansaço” (Ibid., p.62), fadada à exaustão física e psíquica.

Fadigados, estes sujeitos, que já tiveram seus corpos e suas vidas tomados como objetos políticos, agora observam suas mentes sendo exploradas pelos agentes do poder. Logo, ao que parece, não é mais a somapolítica, nem a biopolítica que define a sociedade contemporânea neoliberal. Para Han (2018), junto à tecnopolítica, está a “psicopolítica”.

Trata-se, a psicopolítica, de um conjunto de práticas que objetiva influenciar o comportamento individual e coletivo, por meio de estratégias psíquicas. Significa que as estratégias de comunicação e influência não se dão mais por meio de imposições (da força ou de normas), nem pelo imperativo do silêncio, mas pelo fascínio e exposição.

Para Han (2018), as estratégias psicopolíticas nos seduzem com um rosto amigável e nos convidam a comunicar incessantemente para que seus agentes mapeiem nossa psiquê e a quantifique por meio de algoritmos, provendo o *big data*. Essa lógica revela que, mediante “aparência liberal e afável que estimula e seduz, o poder inteligente é mais efetivo do que qualquer um que ordene, ameace e prescreva” (HAN, 2018, p.27).

É esse sentido que, numa referência à ideia de microfísica do poder de Foucault, Saraiva (2010) reflete sobre a dimensão nanofísica: “o poder microfísico, de que nos fala Foucault, torna-se, possivelmente, nanofísico hoje. Cada vez mais capilarizado e invisível, tirando daí sua força. E nessas novas formas de sujeição, a contribuição da internet e das tecnologias digitais são inestimáveis” (SARAIVA, 2010, p.17).

Portanto, a partir de uma psicopolítica que atua na esfera mental, convertendo pensamentos, desejos, anseios e necessidades em objeto político, e de uma nanofísica do poder, que torna a submissão um processo quase inconsciente, os dispositivos de controle aplicados à sociedade de desempenho também são outros, mais brandos e mais potentes.

No que tange à vigilância, mais do que dispensar edificações para promover a vigília, na sociedade de desempenho a vigilância se tornou ubíqua, contínua, voluntária, mútua e

ainda prazerosa. A ubiquidade e continuidade se dão a partir dos dispositivos e dos algoritmos, que vigiam continuamente, de modo automático e em todos os lugares, principalmente nos espaços mais íntimos da vida, onde nenhum outro dispositivo de vigilância foi capaz de atuar até então, convertendo, segundo Han (2018), as mídias sociais em “pan-ópticos digitais” (HAN, 2018, p.19) ou palinópticos (BRUNO, 2013, p.47), uma vez que, inseridos numa realidade performática e espetaculosa que convoca o olhar do outro para si, os sujeitos de desempenho, em busca do reconhecimento de suas versões otimizadas, não só se deixam vigiar, mas tornam a vigilância uma prática espontânea, recíproca e prazerosa.

No que se refere às novas formas de examinar, a partir dos registros automáticos, o exame na sociedade de desempenho se dá por meio da análise algorítmica de padrões que são extraídos de ações cotidianas realizados, sobretudo na rede digital, gerando um tipo de registro preciso e de exame completo que, baseado em questões objetivas e subjetivas, vai além do conhecimento que o próprio sujeito tem de si mesmo.

A punição, assim como a vigilância, tornou-se um processo voltado para si. Isto é, por meio da intensificação do protagonismo do “eu”, gerada pela vida digital, e da padronização dos estilos de vida, muitos sujeitos de desempenho parecem esquecer que são únicos. E quando falham entre as tentativas constantes para se tornarem iguais, cobram-se e se punem, muitas vezes sem perceber o processo autodestrutivo a que estão submetidos. Segundo Zafra (2017), essa impercepção ocorre porque na vida contemporânea são tão poucos os tempos vazios que não é fácil ativar a consciência de si.

CARTOGRAFIA TEÓRICA DO PODER

A partir da síntese teórica sobre as modalidades filosóficas do poder, foi possível correlacionar os quatro tipos de sociedade que emergiram das três formas históricas de dominação com suas respectivas esferas e noções, com os diferentes objetos políticos, os

tipos de técnicas que corroboram estratégias comunicativas para promover o poder e seus dispositivos de controle para construir um mapa conceitual (Figura 1):

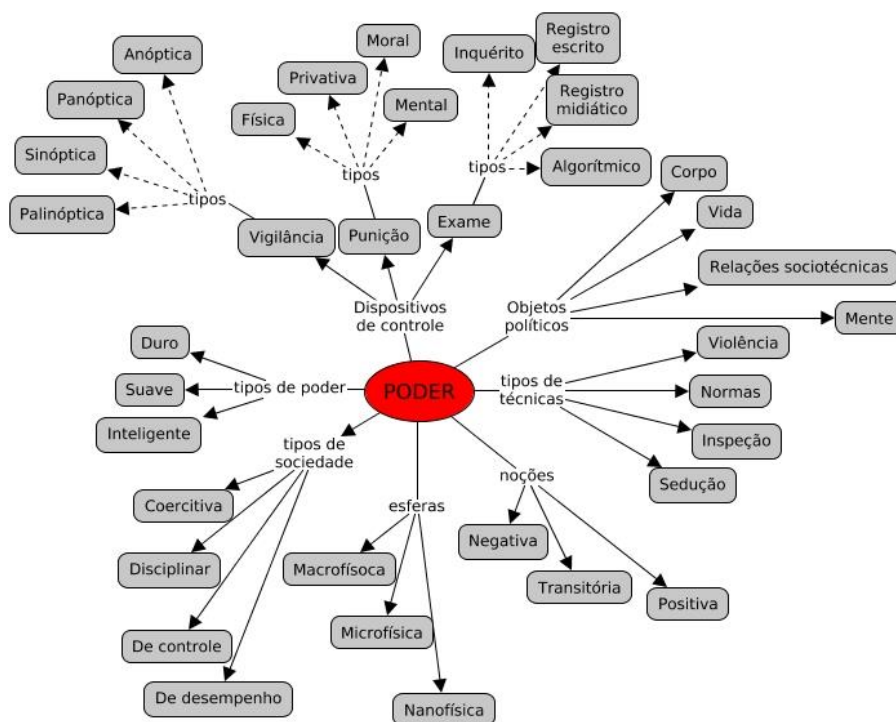


Figura 1: Mapa conceitual do poder. Fonte: Criado pela autora, com base em Foucault (1979; 1987), Deleuze (1992) Han (2018).

Por meio do mapa conceitual apresentado na Figura 1 é possível perceber os desdobramentos em torno na noção de poder. Novas técnicas comunicativas e dispositivos de controle indicam mudanças significativas nos modos de influência. Contudo, percebe-se que a emergência de outras formas de operar o poder não configuram um processo substitutivo das formas anteriores, mas um processo de agregação, haja vista que quando uma estratégia nova surge, a anterior não deixa de existir; pelo contrário, só quando a estratégia

anterior é normatizada é que a nova, após incorporá-la, avança, o que torna o poder uma prática não só mais eficiente, mas também mais resistente.

O olhar a partir da hierarquia das categorias indica também de que modo o poder vem se tornando uma prática cada vez mais turva. Enquanto o poder duro busca tornar explícita sua ação por meio do uso da força, o poder suave e o poder inteligente atuam minimizando ou velado essa exposição. Tal mudança se deve à constatação de que, o uso da força é mais custoso e menos efetivo do que estratégias comunicativas e psíquicas, sobretudo as estratégias baseadas na satisfação, no prazer e na sensação de liberdade.

Essas e outras inferências ficam mais claras por meio do diagrama conceitual (Figura 2), no qual foi possível correlacionar os conceitos de forma ainda mais hierarquizada, detalhada e sistematizada. Ao inserir o aspecto temporal no diagrama, é possível verificar com mais clareza como as mudanças se desencadearam ao longo dos últimos quatro séculos e como as mídias passaram a influenciar o processo nos últimos tempos:

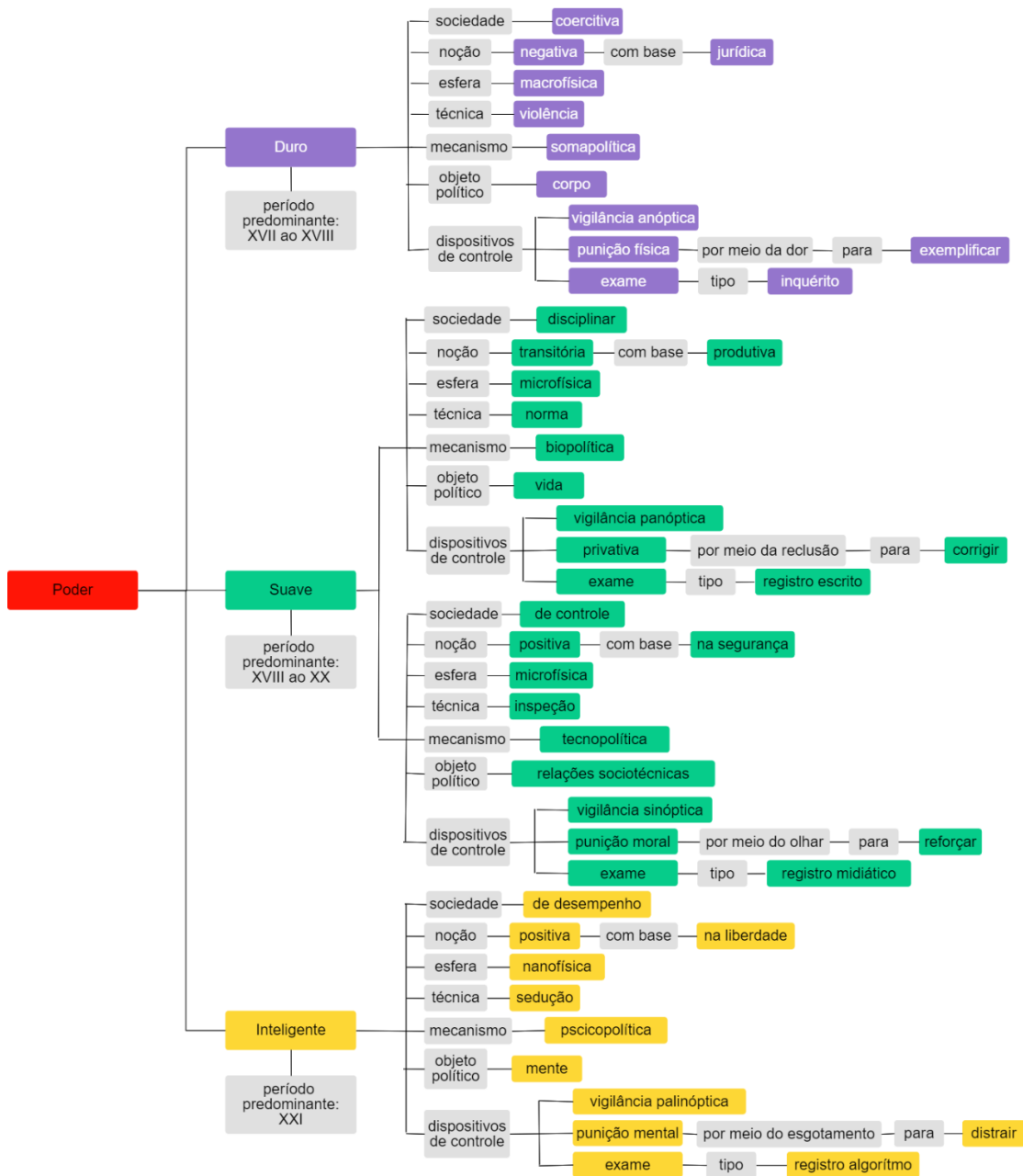


Figura 2: Diagrama conceitual do poder. Fonte: Criado pela autora, com base em Foucault (1979; 1987), Deleuze (1992) Han (2018).

No âmbito da comunicação (Figura 2) é possível ver como a noção de poder transitou de uma percepção negativa, racional e objetiva, por meio de estratégias que proíbem, silenciam e negam, para táticas mais positivas, permissivas e amigáveis, além de emocionais e subjetivas. Baseadas em métodos psíquicos e algorítmicos, as técnicas afirmativas contemporâneas motivam ao invés de oprimir, promovem o discurso no lugar do silêncio, uma vez que o objetivo é mapear comportamentos e analisar traços parciais para fazer com que os sujeitos se submetam ao contexto de dominação por si mesmos. Logo, a efetividade das novas estratégias está na possibilidade de transformar o controle em prazer, já que o impulso à participação que converte o cotidiano em micro espetáculo, por meio das mídias digitais e da ação algorítmica, gera satisfação em ver e ser visto.

No que se refere aos dispositivos de controle, o mapeamento conceitual indica como a vigilância, os processos de punição e de exame se expandiram a partir das TICs. A vigilância que contempla, essencialmente, técnicas de visibilidade se destaca agora por meio do padrão palinóptico, descrito pelo modelo contemporâneo do tipo “todos vigiam todos”. A punição também se amplificou. A partir da psicopolítica, destaca-se a punição da *psiquê* promovida pelo esgotamento mental, diante da vida baseada num empreendedorismo performático e na busca pela otimização das competências, levando o sujeito ao esgotamento, à autopunição e à distração, fazendo-o olhar cada vez mais pra si e menos para o social. O exame segue o mesmo padrão e pelo que se pode observar, vem se estendendo a partir do rastro digital e da captura algorítmica, mais precisa e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao traçar o desdobramento das concepções filosóficas do poder, a partir do reconhecimento de estratégias comunicativas nas suas formas de exercício, é possível

perceber como o poder vem se configurando numa prática cada vez mais opaca, robusta e subjetiva, o que o torna também uma prática mais afirmativa e eficaz.

A tomada de consciência sobre essas mudanças no que tange à intersecção entre o poder e a comunicação, que para distrair e promover dominação na atualidade usa de estratégias comunicativas seculares, como a sedução ideológica, somadas a ferramentas modernas, como as TICs, é importante para a reflexão sobre como a tomada de decisão vem sendo mediada, na contemporaneidade, por uma lógica algorítmica.

Acredita-se que o levantamento cartográfico cognitivo, a partir do mapa conceitual do poder proposto, pode estabelecer pistas importantes para a reflexão sobre a influência das mídias digitais nas novas relações de poder, assim como contribuir com mapeamentos futuros sobre o tema e orientar novas proposições mediante a análise de fenômenos atuais e concretos.

REFERÊNCIAS

- BUZAN, Tony. **The mind map book**. London: BBC worldwide, 1993.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- CHEN, Chaomei. **Mapping scientific frontiers: the quest for knowledge visualization**. London: Springer, 2003.
- CONKLIN, Jeffrey. **Dialogue mapping: building shared understanding of wicked problems**. Wiley: Chichester, 2006.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **Psicopolítica**: Neoliberalismo e novas técnicas de poder. Traduzido por Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2018.

HECHT, Gabrielle. Technology, Politics, and National Identity in France. In: **Technologies of power**. Cambridge: MIT, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. O rosto e a máquina: o fenômeno da comunicação visto pelos ângulos humano, medial e tecnológico. **Nova teoria da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2013.

MATHIESEN, Thomas. The viewer society: Michel Foucault's panopticon revisited. **Theoretical criminology**, vol. 1, n.2, p. 215-234, 1997.

NOVAK, Joseph. **Learning creating and using knowledge**: concepts maps as facilitative tools in schools and corporations. London: Lawrence Erlbaum associates Mahwah, 1998.

NOVAK, Joseph; CAÑAS, Alberto. A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los e usá-los. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.5, n.1, p. 9-29, 2010.

OKADA, Alexandra. Mapas do conhecimento com recursos educacionais abertos aplicados à coaprendizagem baseada em coinvestigação. In: **Redes e conexões na produção do conhecimento**. Curitiba: SENAR, 2014.

SARAIVA, Karla. O poder nanofísico e a sujeição do indivíduo. Entrevista concedida a Márcia Junges. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, 2010. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3526-karla-saraiva>. Acesso em 26/02/2022.

VAN GELDER, Tim. Enhancing and Augmenting Human Reasoning. In: **Evolution, rationality and cognition**: A Cognitive Science for the Twenty-First Century. New York: Routledge, 2002.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

SILVA, Mayara Karla Dantas da; VELOSO, Maria do Socorro Furtado. Cartografia do poder: da coerção pelo uso da força à sedução pela ação algorítmica. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 16, pp. 226-247, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2022v16n.63527>.